radis

março 83 súmula 5.1

projeto reunião, análise, difusão de informação sobre saúde

A crise econômica, o Brasil e o FMI

Pretendíamos, neste número de *Súmula*, apresentar a nossos leitores uma explicação sobre um assunto que tem freqüentado muito os jornais nas últimas semanas: a questão da crise econômica brasileira e mundial, o significado da ida ao FMI, as conseqüências de tudo isso que os brasileiros teremos de enfrentar neste ano que se inicia. Entretanto, verificamos que, nos limites do espaço de que dispomos, é totalmente impossível um resumo satisfatório sobre assunto tão complexo e extenso. Ao mesmo tempo, pesa-nos não utilizar tanto material acumulado, enquanto muitas pessoas da área de saúde pública se vêem às voltas com a incômoda sensação de estarem sob uma ameaça grave e, no fundamental, desconhecida, já que a crise econômica, as medidas tomadas, as conseqüências mais gerais são normalmente apresentadas em um "economês" inacessível para a maioria. Optamos, assim, pela seguinte solução: enviar nossos dados, recortes de jornal, informações em geral àqueles que nos solicitarem. Para tal, basta escrever ao RADIS, especificando o tipo de informação desejada e, na medida de nossas possibilidades, remeteremos, a todos que o solicitarem, o material de que dispomos.

Esperamos que este sistema de informação dirigida possa ser útil para todos. E aproveitamos a oportunidade para, mais uma vez, colocar à sua disposição os nossos arquivos, que, entre outros documentos, incluem jornais de todo o ano de 1982, além de muita coisa sobre política social, condições de saúde, etc.

Morreu Cecília Donangelo

Cecília Donangelo, para os que não a conheceram, foi professora titular da cadeira de Saúde e Sociedade, no Departamento de Medicina Preventiva da USP, e autora dos livros *Saúde e Sociedade* e *Medicina e Sociedade*. Sua morte, da forma como ocorreu, torna difícil seu próprio anúncio e comentário. O lugar-comum quase que se impõe e nos impede a falar do vazio que ela deixou. Isso não queremos, nem ela merece. Mas, nada dizer é impossível.

Dois aspectos de Cecília parecem dignos de registro num momento desses. O seu lado profissional e um outro muito pessoal. No primeiro, não há dúvida, inclui-se toda sua atividade como professora e formadora de quadros junto ao Departamento de Medicina Preventiva da USP, autora de livros, conferencista, e humana participante de inúmeras bancas de tese. Mas não é isto o mais notável. Para nós, mais notável é o fato que Cecília foi a primeira socióloga brasileira realmente competente no seu *métier*, com perfeito domínio sobre seu objeto, a adentrar a esfera do chamado campo aplicado das ciências sociais em saúde. Antes dela, no ambiente acadêmico, essa atividade era mitologicamente atribuída a sociólogos "menores", às vezes incompetentes mesmo, ou então aos chamados "funcionalistas". Cecília, como profissional, deu uma decisiva contribuição ao voltar seu olhar para a saúde. Sua seriedade, competência e dignidade profissional abriram, para os cientistas sociais, um novo e válido campo de trabalho. Todos nós que, de alguma forma, com ela trabalhamos podemos nos considerar privilegiados por termos discutido, argumentado ou mesmo brigado com ela, e convivido com suas idéias. Afetos e desafetos. Isso não morre com ela.

Outro aspecto, mais pessoal, é que Cecília falava demais. Quem com ela conviveu, teve aulas ou discutiu algum tema sabe bem disso. Suas autocríticas e promessas de que na "próxima vez falarei menos", ou sua recorrente, embora inútil pergunta: "gente, estou falando muito?" jamais fizeram cessar o jorro que fluía como uma fonte. E não que não ouvisse. Ouvia. Mas falava muito, com aquele seu sotaque interiorano/paulistano/italianado. Isso, infelizmente, morre com ela.

E é assim que, de repente, quando acontece uma coisa dessas, num violento desastre que nos arrebata a amiga, espantados, é impossível não dizermos a nós mesmos: "Ah! Cecília, que pena que você não falou ainda mais. . ."

Previdência

A discutida resolução

A resolução 26/82, baixada pelo *INAMPS* em setembro do ano passado para disciplinar as internações hospitalares nos estabelecimentos conveniados, vem gerando intensa polêmica entre as autoridades da Previdência Social, representantes dos proprietários de hospitais e entidades médicas.

Para os proprietários dos hospitais conveniados, essa resolução, além de contribuir para o abandono dos segurados, irá também resultar na queda dos serviços hospitalares e na demissão de funcionários, afora o tumulto que se produz na recepção dos hospitais quando estes atingem o limite de leitos ocupados. Há, ainda, os conflitos sobre a interpretação dos internamentos de emergência — que podem ultrapassar em 15% o limite de internações contratadas — que se criam por ocasião da inspeção dos supervisores regionais do *INAMPS*. Por causa destes conflitos, alguns hospitais de São Paulo passaram a recusar internações de urgência, conforme denunciou o Sindicato dos Médicos.

Por sua vez, cerca de 50 entidades médicas — entre associações estaduais, sindicatos e conselhos regionais — reunidas pela Associação Médica Brasileira, decidiram pedir ao *INAMPS* uma revisão da resolução 26. As entidades médicas entendem que, antes de reduzir as vagas a um número predeterminado, o instituto deve levar em consideração as condições específicas de cada município, analisando as necessidades da população.

Finalmente, o ministro Hélio Beltrão afirmou que compreendia a reação contrária à resolução 26 — "não dos médicos, mas dos proprietários de hospitais" — porque suas receitas vão diminuir. Mas garantiu que a medida pretende "frear o grande número de internações desnecessárias". Beltrão afirmou ainda que as restrições não têm a rigidez que os proprietários de hospitais estão lhe atribuindo.

(*Correio Brasiliense* 22/12; *FSP* 5/1; *ESP* 8/1; *OG* 31/1)

Em implantação

Até abril estarão implantados 60% do Plano de Reorientação Psiquiátrica, que pretende triplicar o número de ambulatórios e reduzir em 60% a ocupação de leitos hospitalares. O novo sistema de atendimento será implantado, de início, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em algumas cidades de Minas Gerais e da Bahia. Além do Plano de Reorientação, o atendimento psiquiátrico na área da Previdência Social foi incluído na resolução 26/82, que reduziu o número de leitos disponíveis para segurados em hospitais psiquiátricos conveniados. O conjunto destas medidas pretende inverter a crescente privatização do atendimento psiquiátrico, conforme se observa pelos dados levantados pela Associação Brasileira de Psiquiatria: nos últimos oito anos sextuplicaram os recursos do *INAMPS* para pagamento de leitos nos hospitais conveniados, e dos 32 mil leitos psiquiátricos disponíveis em São Paulo, por exemplo, 29 mil são particulares. (*FSP* 16/12, 04/1)

Economia

O *INAMPS* deverá economizar, ao longo de 1983, cerca de Cr$ 6 bilhões por mês no pagamento de contas hospitalares em conseqüência da implantação do plano de reorientação da assistência médica que dá prioridade à assistência ambulatorial e racionaliza as internações. A previsão foi anunciada pelo ministro Hélio Beltrão, que referiu-se ao exercício passado, quando o *INAMPS* passou a exercer maior fiscalização sobre o sistema de pagamentos de contas hospitalares a partir de setembro, obtendo com isso uma consecutiva diminuição dos valores. Em janeiro de 1982, o instituto pagou Cr$ 21 bilhões aos hospitais contratados de todo o país, excluídos os honorários médicos. Em setembro, esta cifra caiu para Cr$ 18,4 bilhões, em outubro, para Cr$ 17,5 bilhões, em novembro, para Cr$ 17,1 bilhões e, em dezembro, para Cr$ 16,5 bilhões. (*GM* 27/1)

Reajuste nas US

Em janeiro desse ano, aumentou de Cr$ 60,00 para Cr$ 80,00, o valor da Unidade de Serviço, um reajuste de aproximadamente 33%. A portaria que decretou o reajuste suspendeu também a execução da portaria assinada pelo ex-ministro Jair Soares que autorizava o reajuste da *US* com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor (*INPC*) a partir deste ano. Também foram reajustados, em cerca de 33%, os valores dos pagamentos de diárias e taxas de sala feitos pelo *INAMPS* a hospitais contratados.

Desde janeiro estão em vigor as novas tabelas referentes a participações do *INAMPS* no custeio dos serviços prestados pelos hospitais universitários e de ensino por meio de convênio-padrão, na manutenção de unidades integrantes do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (*PIASS*), no custeio da assistência médica prestada por sindicatos urbanos conveniados e dos serviços hospitalares prestados a empregados rurais. (*ESP* 23/12, 31/12)

Prioridade

Foi aprovado o plano plurianual de custeio do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (*SINPAS*) para o triênio 83/85, que define como prioridade o seguro social e estabelece que, para evitar déficits no sistema previdenciário, o pagamento de benefícios não mais será calculado sobre a receita bruta do *SINPAS*, mas sobre a folha de salários e contribuições. Para cobrir eventual déficit, o plano de custeio prevê uma reserva de contingência que será obtida pela acumulação de 2% da receita geral prevista em cada ano. Para 1983, esta reserva será de Cr$157,4 bilhões.

Segundo Raimundo Carneiro, secretário de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência o plano de custeio pressupõe condições econômicas estáveis, sobre as quais repousa o equilíbrio entre a arrecadação das contribuições e o pagamento das prestações de benefícios e serviços. Em relação ao orçamento de Cr$ 6,227 trilhões aprovado para 1983, Cr$ 5,722 trilhões serão provenientes das contribuições dos trabalhadores e das empresas. Tendo em vista a crise econômica e a conseqüente redução do nível de emprego e do salário médio dos trabalhadores, os técnicos da área econômica da Previdência temem pelos reflexos diretos da diminuição dessas fontes de recursos sobre o custeio dos serviços prestados pelo *SINPAS*. (*OG* 4/1; *FSP* 11/1)

● A Previdência Social fechou seu balanço de 1982 com um superávit de Cr$ 40 bilhões, referente a uma receita de Cr$ 3,14 trilhões e despesas de Cr$ 3,1 trilhões. Para 1983, a Previdência espera obter um equilíbrio entre receita e despesas, com uma arrecadação de aproximadamente Cr$ 6 trilhões. (*OG* 28/1)

O ministro Hélio Beltrão afirmou estar "muito mais preocupado com os reflexos negativos da recessão econômica sobre a arrecadação da Previdência Social, do que com a subtração dos 10% a mais sobre o *INPC* pagos aos aposentados que recebem até três salários mínimos". Segundo o ministro, o corte de 10% não altera muito a receita previdenciária, pois, se, por um lado, a Previdência Social deixar de pagar os 10% sobre o *INPC*, por outro passará a recolher menos das demais faixas salariais, decorrendo disto um certo equilíbrio na receita. (*FSP* 19/1)

Política de saúde

Contenção

A contenção de despesas decretada para o Orçamento da União deverá significar um corte de Cr$ 6 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde. O corte não será maior por incidir apenas sobre metade dos Cr$ 101 bilhões que o ministério recebe como dotação regular do Tesouro — a outra metade corresponde às despesas de pessoal, excetuadas do decreto de contenção. Também não serão atingidos os Cr$ 67 bilhões que o ministério espera receber de outras fontes, principalmente do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — *FAS* e do *FINSOCIAL*. Segundo a Secretaria Geral do MS, não deverão ser sacrificados os programas de controle das endemias e de vacinação. (*ESP* 29/12; *FSP* 5/1)

Chagas

A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (*SUCAM*) vai ampliar, em 1983, sua área de atuação no controle da doença de Chagas, gastando Cr$ 14,5 bilhões nos 1007 municípios (distribuídos por 19 estados da Federação) que correspondem ao total da área endêmica no país. Estão previstas aplicações de inseticida em 1750 milhões de casas, envolvendo o trabalho de cerca de oito mil agentes sanitários, o que representa pouco mais do que o dobro do pessoal que trabalhou no ano passado, quando a *SUCAM* cobriu apenas 60 a 70% da área endêmica. Do total da verba prevista para o controle da doença, Cr$ 4,5 bilhões são provenientes do Tesouro da União e Cr$ 10 bilhões do *FINSOCIAL*. (*JB* 9/12; *ESP* 24/12)

Pólio

O Ministério da Saúde fixou as datas das duas etapas da campanha nacional de vacinação antipólio para este ano: 11 de junho e 13 de agosto. Ao longo do ano, 62 milhões 704 mil doses de vacina serão repassadas aos estados, atingindo o custo total de Cr$ 603 milhões. No primeiro semestre do ano, serão enviados aos estados 43,2 milhões de doses, a um custo unitário estimado em Cr$ 9,28 e num total de pouco mais de Cr$ 400 milhões. Para o segundo semestre está prevista a distribuição de 16,8 milhões de doses, já com o custo unitário elevado para Cr$ 12,08, num total de cerca de Cr$ 203 milhões. (*ESP* 18/1)

Sarampo

A vacina contra o sarampo produzida pela Fundação Oswaldo Cruz teve a sua eficácia comprovada pelos resultados da avaliação de campo realizada em Pernambuco e no Pará, conforme informou a Divisão Nacional de Laboratórios de Saúde Pública do Ministério da Saúde. Nos testes realizados em 340 crianças com idade de seis a doze meses, ficou comprovado que 75,9% das crianças de seis a oito meses responderam à vacina; a resposta foi de 95,3% naquelas com idade a partir de nove meses. Verificou-se, ainda, que a vacina não provocou grandes reações, além de febre baixa, inferior a 38,5 graus. Os dados foram obtidos através de amostras de sangue das crianças vacinadas, colhidas no dia da vacinação e quatro semanas após a aplicação.

Estes resultados garantem, a partir deste ano, a auto-suficiência do país na produção de vacinas contra o sarampo, e o Ministério da Saúde já destinou Cr$ 1,1 bilhão para a compra de 15 milhões de doses, que serão distribuídas a todas secretarias estaduais de saúde. (*Tribuna da Impensa* 23/12; *OG* 2/1)

Nutrição

O ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, anunciou que o Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos (*PROAB*) atualmente implantado em cinco capitais nordestinas, será estendido, em 1983, a todas as regiões do país através de recursos do *FINSOCIAL*, que a isto destinou Cr$ 44 bilhões. O programa possibilita a redução de 40% dos preços dos principais alimentos básicos — arroz, feijão, açúcar, ovos, massas, farinha e óleo. Além do subsídio do governo, a *COBAL* atuará como atacadista, fornecendo os alimentos aos pequenos varejistas, que terão isenção de *ICM*. Até o ano passado, o programa atingiu 500 mil pessoas em Recife, Maceió, João Pessoa, Natal e Teresina. Espera-se que, neste ano, o programa beneficie seis milhões de pessoas.

Já o Programa de Nutrição em Saúde (*PNS*), que consiste na distribuição de uma cesta de alimentos, nos postos de saúde, para gestantes, nutrizes e crianças até sete anos, vai receber Cr$ 41,6 bilhões do *FINSOCIAL* e deverá aumentar sua clientela de 2,5 milhões de pessoas para nove milhões em 1983. (*ESP* 14/12, 23/12; *OG* 23/12)

Debate

A política nacional de saúde será o tema do II Congresso Paulista de Saúde Pública, que reunirá os sanitaristas brasileiros após cinco anos sem qualquer encontro de âmbito nacional. O congresso será realizado de 17 a 21 de abril, no Anhembi, e congregará profissionais de todas as partes do país. Ao mesmo tempo, a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (*ABRASCO*) — entidade que, em conjunto com a Associação Paulista de Saúde Pública, ajudou a organizar o evento — prepara, para o mesmo local e dias, o seu primeiro congresso nacional. (*Jornal da Tarde* 17/1)

Objetivos

O secretário-geral do Ministério da Saúde, Mozart de Abreu, afirmou, em debate na Associação Médica Brasileira, que os três objetivos básicos da pasta para 1983 são "descentralização, prioridades sociais e maior integração com os municípios". Defendeu a maior participação popular, mas ressalvou que "isso só poderia ocorrer quando houver maior descentralização e maior participação dos municípios, já que eles estão mais próximos da comunidade". Mozart de Abreu disse que estão previstas conversações com os governadores eleitos em 15 de novembro para definir as diretrizes da política de saúde a nível dos estados. Quanto ao controle das doenças transmissíveis, endêmicas ou agudas, afirmou que o Ministério da Saúde "não vai aceitar que a iniciativa privada cuide desses casos", que permanecerão a cargo de instituições públicas. (*FSP* 18/12)

Repasses

O Ministério da Saúde repassou, no ano de 1982, Cr$ 18,5 bilhões às secretarias estaduais de saúde, para aplicação em programas de alimentação, saneamento, sangue e hemoderivados, construção, equipamento e reforma de unidades de atendimento de saúde e distribuição de medicamentos. A maior parcela destinou-se à região Nordeste, agraciada com a soma de Cr$ 10,1 bilhões. O Sudeste recebeu Cr$ 3,15 bilhões; o Sul, Cr$ 2 bilhões; o Norte, Cr$ 1,94 bilhão, a região Centro-Oeste, Cr$ 1,31 bilhão. Pernambuco foi o estado que obteve a maior verba, Cr$ 2,4 bilhões, superando São Paulo e Rio de Janeiro, que receberam Cr$ 1,1 bilhão e Cr$ 714,4 milhões, respectivamente. Mais da metade dos repasses recebidos pelas secretarias de saúde de todo o país foram aplicados em programas de alimentação, nos quais foram destinados Cr$ 11,4 bilhões. (*ESP* 24/12; *JB* 24/12)

Dietéticos

A Divisão Nacional de Alimentos (*DINAL*) e a Divisão Nacional de Medicamentos (*DIMED*), da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, vão modificar a rotulagem de produtos e alimentos dietéticos vendidos em supermercados. O objetivo principal da medida é identificar para o consumidor os produtos dietéticos destinados exclusivamente a auxílio terapêutico para pacientes com problemas patológicos e que podem causar complicações a pessoas com boa saúde. Os produtos dietéticos, registrados na *DIMED*, e, portanto, reconhecidos como medicamentos são os adoçantes artificiais, em que a sacarose ou os ciclamatos substituem o açúcar, e aqueles que contêm elementos com finalidades terapêuticas e devem ser consumidos por diabéticos e cardiopatas. Os alimentos dietéticos, registrados na *DINAL*, podem ser ingeridos por qualquer pessoa interessada em dieta alimentar por meio de consumo de alimentos com baixos teores de açúcar ou ricos em vitaminas.

A *DINAL* será mais rigorosa ao liberar registros para alimentos dietéticos, já que, em análises feitas no ano passado, constatou-se que vários alimentos tidos como dietéticos na verdade não o eram. Muitos induziam o consumidor com indicações no rótulo destinadas a fazer crer que eram vitaminados ou faziam emagrecar. Mas, em sua constituição, nada foi encontrado que os diferenciasse dos outros. Um desses alimentos analisados é o pão de Graham, que, segundo a *DINAL*, em nada contribui para alguém emagrecer. (*OG* 12/1)

Defesa do consumidor

A Coordenadoria de Orientação e Defesa do Consumidor (*CODECON*) recebeu, em nove meses de funcionamento, 4947 solicitações do público, entre pedidos de esclarecimento, reclamações e denúncias. Estas totalizaram 2925 e, após serem encaminhadas aos órgãos de fiscalização, apenas 17% foram consideradas procedentes, 36%, improcedentes, e 47% aguardam resposta. O maior número de ocorrências foi registrado em São Paulo (43%), seguido pelo Rio de Janeiro (37%), Brasília (14%) e Porto Alegre (6%). Os principais problemas detectados são a deterioração de alimentos em supermercados, a produção clandestina de carnes, a falta de higiene em bares e restaurantes e a venda de pão contendo bromato de potássio. (*FSP* 02/1).

Em 1982 foram registrados 24 casos de febre amarela silvestre no país, o que representa um aumento de 90% em relação a 1981. A alta incidência da doença decorreu de uma epidemia identificada no começo do ano em Mato Grosso do Sul, segundo relatório do Ministério da Saúde.

Nos últimos 21 anos, foram registrados no país 271 casos de febre amarela, sempre silvestre; o último caso de febre amarela urbana data de 1942. Em 1982, a infestação do mosquito transmissor (*Aedes Aegypti*) foi controlada no Rio Grande do Norte, sendo mantida vigilância para detectar focos residuais ou reinfestações. Também foi identificado e controlado o surgimento do vetor nas cidades de Boa Vista e Caraçaraí, em Roraima. Espera-se para breve a erradicação do mosquito de Salvador, Foz do Iguaçu e Ponta Porã (MS). No Rio de Janeiro, as atividades de erradicação estão sendo reavaliadas, pois, segundo o relatório, as características de grande metrópole impediram maiores progressos no ano passado. Em 1982, ainda foram aplicadas 2,7 milhões de vacinas contra a febre amarela. Segundo o documento, a única forma permanente de eliminar o risco de epidemia de dengue e da febre amarela urbana é a erradicação do mosquito transmissor. (*OG* 31/12).

Intoxicação

Segundo a Secretaria da Agricultura do Paraná, cerca de 1.600 trabalhadores foram internados, no ano passado, em hospitais do estado, com intoxicação provocada por produtos químicos utilizados na agricultura. Deste total, cerca de 70 morreram. Este número pode ser bem superior, pois as estatísticas que a secretaria possui não são exatas.

O uso indiscriminado de defensivos agrícolas vem gerando problemas de intoxicação crônica que, ao longo do tempo, dão origem a doenças como o câncer e problemas estomacais. O aumento do câncer na zona rural do Paraná é um fato incontestável; é tão preocupante que a Secretaria da Agricultura está fazendo um levantamento a respeito (*OG* 23/01).

Meio ambiente

● Com uma ação inédita na história judicial do país, o governo de São Paulo abriu processo contra a siderúrgica Aliperti, por poluição do ar. A empresa — que lança na atmosfera cerca de 15 toneladas diárias de pó poluente — foi incursa no Código Penal. Os diretores da Aliperti, já identificados criminalmente, podem ser punidos com até seis anos de prisão. (*ISTO É*, 05/1)

● Com base na legislação de proteção ao meio ambiente, a SEMA aplicou cerca de 23 multas a empresas — em sua maioria mineradoras de carvão — do Rio Grande do Sul e Santa Catarina pela inexistência de equipamento antipoluente em suas instalações. Até a apresentação de projetos de controle, as empresas estão obrigadas a pagar o equivalente a 20 ORTNs por dia. (*ESP* 12/1).

Malária

Cerca de 174 mil casos de malária foram registrados em todo o país até novembro do ano passado, o que representa um aumento de 12% em relação às ocorrências registradas no mesmo período em 1981, segundo informou o ministro da Saúde, Waldir Arcoverde. A maior incidência de casos foi registrada na Amazônia, principalmente no Pará, Amapá, Roraima, Amazonas e Goiás. Nos outros estados da região — Maranhão, Mato Grosso, Acre e Rondônia — foram obtidos alguns resultados favoráveis.

Segundo técnicos do Ministério da Saúde, em apenas 49 municípios brasileiros se verificaram 88% dos casos de malária, sendo estes locais sedes de grandes projetos de desenvolvimento econômico e social, onde se concentram pessoas em condições precárias de saneamento. (*Jornal de Brasília* 9/12; *JB* 23/12; *Diário da Manhã* 28/12).

Tifo

A Secretaria de Saúde de Minas Gerais garantiu que o surto de tifo no município de Volta Grande, na Zona da Mata mineira, está totalmente sob controle. Segundo a secretaria, o tifo pode ter vindo de um poço de água próximo a um depósito de lixo do centro da cidade. A secretaria mandou distribuir antibióticos e colocar Cloril em toda a rede de água, tendo recomendado aos moradores o uso de água fervida para beber e cozinhar.

O número de pessoas contaminadas pelo tifo é discutido: segundo a secretaria só há 30 casos; mas, para a presidente da Confraria de São Vicente de Paula, Ana Maria Vilela Pedras, há cerca de 180, (*JB* 28/1; *OG* 27/1 e 29/1)

Descoberta

O professor Victor Villarajos, diretor do Centro Internacional de Investigações Médicas da Universidade de Louisiana, descobriu o tipo "C" de vírus da hepatite, que aparentemente é o responsável por 90% dos casos de hepatite transmitidos por transfusões. Villarajos pretende publicar, ainda em janeiro, suas comprovações. (*Correio do Povo*, 28/12)

Unicef

Segundo o relatório *O Estado Mundial da Infância*, publicado no final do ano passado pela UNICEF, existem atualmente novas oportunidades sociais e científicas que podem compensar os efeitos da recessão mundial sobre a população infantil atingida pela desnutrição e pela doença. A previsão é de que o número de crianças desnutridas aumentará na ordem de 30% até o final do século, em decorrência da estagnação no decréscimo das taxas de desnutrição, provocada pelo atual quadro recessivo, invertendo uma tendência que era contínua desde o final da Segunda Guerra Mundial.

As novas oportunidades a que se refere o documento são quatro: o descobrimento da terapia de reidratação oral (TRO), o desenvolvimento de uma vacina para o sarampo muito mais resistente aos efeitos do calor, a atual campanha mundial que tenta reverter a tendência de substituição da lactância materna pelo uso de mamadeira, e o uso maciço de cartões contendo tábuas gráficas do crescimento infantil, controlados pelas mães no próprio lar. (*ESP* 22/1)

Mortalidade

O Distrito Federal registrou, em 1982, o menor índice de mortalidade infantil: 33,5 óbitos por mil nascidos vivos; a taxa nacional é de 87,3/1000, e a de Fortaleza, por exemplo, de 159/1000. Para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, este resultado foi obtido graças à dinamização de um sistema voltado para a medicina preventiva desenvolvido junto à comunidade, através de agentes de saúde e de cursos organizados nos postos de atendimento, esclarecendo sobre a importância de cuidados primários como higiene, amamentação, vacinação e outros. (*OG* 28/12; *IE* 19/1)

Medicamentos

Plantas medicinais

A comissão de seleção de plantas medicinais criada pela *CEME* definiu 21 espécies, comumente utilizadas pela medicina popular, que serão estudadas com total prioridade e apoio governamental. Tais espécies terão suas potencialidades terapêuticas avaliadas, visando a extração de matéria-prima para a fabricação de remédios da *CEME*, que atualmente importa a maioria dos insumos. A *CEME* as distribuiu, para efeito de pesquisa, entre nove grupos terapêuticos que abrangem um largo espectro de enfermidades. (*ESP* 26/1)

O Hospital Professor Antônio Prudente, de Londrina, especializado no tratamento do câncer, vem empregando açúcar cristal comum no lugar de antibióticos, obtendo resultados superiores ao desempenho dos medicamentos laboratoriais e sem nenhuma contra-indicação. A iniciativa é de um grupo de enfermeiras e professores da Universidade Estadual de Londrina, que fizeram experiência com doentes portadores de tumores, baseando-se nas informações de F. Rahal, que, em novembro de 1979, publicou, na *Revista Paulista de Medicina*, o trabalho "O uso do açúcar no tratamento local das infecções de feridas operatórias e dos abscessos intracavitários". (*FSP* 20/12).

A Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica (*ABIFARMA*) anunciou que, neste ano, não haverá falta de medicamentos no mercado brasileiro, mesmo com as dificuldades impostas à importação de matéria-prima. O anúncio tem como base o levantamento que vem sendo feito pela *CEME* e pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, juntamente com as indústrias de produtos farmacêuticos, no sentido de avaliar a capacidade de produção de matérias-primas. (*ESP* 31/12).

● Até o final de março será produzida no Brasil matéria-prima obtida à base de soja para a fabricação de anticoncepcional. O contrato de produção foi firmado entre a Central de Medicamentos (*CEME*), o Instituto Químico de Campinas e a Fundação Universidade de Campinas, que desenvolverão o Projeto Aldeído-Esteróide, intermediário na síntese de substâncias esteroidais, a partir da borra da soja. (*ESP* 9/1).

Exclusividade

A partir deste ano, a rede de postos de assistência médica do *INAMPS* e das secretarias estaduais de saúde e os hospitais universitários só poderão receitar remédios da Central de Medicamentos (*CEME*). É o que determina a portaria interministerial firmada pelos ministros da Saúde, da Previdência Social e da Educação, aprovando a nova Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (*RENAME*), que tem aproximadamente 480 fórmulas, contidas em cerca de 320 produtos, divididos em 13 grupos terapêuticos distintos. Segundo a portaria, a prescrição de medicamentos da *RENAME* deve seguir a terminologia padronizada pela *CEME*. Só quando a natureza ou a gravidade da doença e as condições peculiares do paciente o exigirem é que os serviços prestadores de assistência médica poderão adquirir e utilizar medicamentos que não constem dessa relação. (*ESP* 16/12).

A Central de Medicamentos (*CEME*) aplicou, no ano passado, Cr$ 20,5 bilhões na aquisição dos mais diversos tipos de medicamentos, 60% dos quais comprados aos laboratórios da rede oficial. A indústria privada compareceu com Cr$ 7,6 bilhões, enquanto as vacinas e os medicamentos importados somaram Cr$ 6,4 bilhões. Conforme o relatório da *CEME* sobre as atividades de 1982, houve um crescimento de 7,1% na participação dos laboratórios oficiais, em relação a 1981.

Para o exercício de 1983, o Ministério da Saúde já repassou à *CEME* o montante de Cr$ 6,9 bilhões, assegurando a aquisição regular dos produtos indispensáveis ao desenvolvimento dos programas previstos. (*Correio Brasiliense* 25/12; *FSP* 6/1).

A Norquisa e a Fundação Oswaldo Cruz vão trabalhar em conjunto na fabricação de medicamentos com o fito de diminuir a importação de produtos farmacêuticos. Os primeiros estudos da *FIOCRUZ* a serem repassados à Norquisa são relativos à fenitoína (anticonvulsivo usado no tratamento de epilepsia), à dapsona (agente terapêutico da hanseníase) e à lidocaína (anestésico local). O acordo de cooperação prevê, por parte da *FIOCRUZ*, trabalhos em escala laboratorial de bancada e etapa piloto de sínteses de produtos que forem selecionados por ambas as partes. Caberá à Norquisa o apoio técnico com vistas à fabricação das matérias-primas em escala industrial. (*JB* 29/12; *OG* 29/12; *Correio do Povo* 29/12)

A inflação de 1982 foi de 99,7% (contra 95,2% em 1981), segundo os dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas. O índice de preços ao consumidor no Rio de Janeiro, acumulado durante o ano passado, foi de 101,8%, superando o de 100,6% registrado em 1981. O índice de preços no atacado registrou 97,7% em 1982, também superior ao resultado de 1981, que foi de 94,3%. O índice do custo de construção, no Rio, atingiu uma alta anual de 108%, contra 86,1% em 1981. A assistência à saúde e higiene foi o item do índice de preços ao consumidor que teve a maior alta em 1982: 111,4%. (*ESP* 31/12; *FSP* 3/1)

Demissões normatizadas

Já está pronto para ser apresentado ao Congresso Nacional o projeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho que regulamenta as demissões em massa, ou seja, a dispensa, por mais de 90 dias, de 10 trabalhadores, no caso de pequenas empresas, 50 nas de médio porte e 100 nas grandes. O projeto propõe que o Ministério do Trabalho seja avisado com antecedência nestes casos para que possa ter condições de recolocar o pessoal demitido. O prazo apresentado para que as empresas comuniquem a intenção de demitir coletivamente varia de 30 a 60 dias e implica também o estabelecimento de um cronograma de demissões. Entre outros critérios a serem seguidos, a empresa deverá observar a idade dos trabalhadores, dispensando primeiro os mais jovens e solteiros, os casados sem filhos, os com menor tempo de casa e assim por diante. A lei a ser proposta permitirá o afastamento de empregados sem quebra do vínculo empregatício, prevendo-se uma espécie de auxílio-desemprego e prioridade para voltar ao trabalho.

● **Menos horas de trabalho:** com vistas a atenuar o desemprego industrial, cuja tendência é crescer nos próximos meses, está em discussão a proposta empresarial de redução da jornada de trabalho, acompanhada de redução dos salários. Tal proposta, até o momento, não vem sendo aceita pelos principais sindicatos operários de São Paulo, que não concordam com a redução dos salários. (*GM* 12/1, 18/1; *JB* 14/1; *OG* 21/1).

Desemprego: mau começo

Segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (*FIESP*), registrou-se, nas três primeiras semanas de janeiro desse ano, a demissão de 19 mil 200 empregados, isto é, 1,13% do total de um milhão e 700 mil trabalhadores industriais de São Paulo. Estes números indicam uma pressão mais forte de desemprego se comparados com os índices acumulados nas três primeiras semanas de outubro, novembro e dezembro de 1982 — 0,50%, 0,54%, e 1% respectivamente. Levando-se em conta, ainda segundo dados divulgados pela *FIESP*, que o ano de 1982 terminou com 53.500 empregos a menos no setor industrial, observando-se uma redução de 3,12% no nível de emprego, os números verificados já nas primeiras semanas de 1983 parecem confirmar as previsões de que o desemprego será um dos problemas cruciais deste ano.

Quanto à oferta global de emprego nas principais regiões metropolitanas, permaneceram contraditórios os números divulgados pelo *IBGE* e pelo Sistema Nacional de Emprego — *SINE* (do Ministério do Trabalho) referentes aos números levantados em outubro e novembro do ano passado (vide *Súmula* 4). Segundo o *SINE*, em outubro, a oferta global de empregos caiu em 0,26% em São Paulo. Para o *IBGE*, a taxa de desemprego de 5,57% registrada em São Paulo, no mês de setembro, baixou para 4,50% no mês de novembro.

Com relações aos indicadores de novembro, o *IBGE* divulgou pela primeira vez as taxas referentes aos que trabalham por conta própria e recebem até um salário mínimo, incluindo no grupo aqueles que, no momento da pesquisa, não tinham remuneração alguma. As taxas de desemprego, excluídos os que trabalham por conta própria e recebem até um salário mínimo, foram de 4,51% para o Rio de Janeiro e de 4,50% para São Paulo. Incluindo-se os que trabalham por conta própria e no momento estão desocupados, as taxas foram de 5,76% para o Rio e 5,13% São Paulo. Finalmente, incluindo-se os desempregados, o contingente total de trabalhadores por conta própria que recebem até um salário mínimo ou que no momento nada recebem, as taxas foram de 13,11% no Rio de Janeiro e de 7,68% em São Paulo. (*GM* 22/1, 06/1; *ESP* 31/12; *OG* 31/12; *JB* 01/2)

Mudanças na lei

Está em vigor, desde fevereiro, o decreto-lei que alterou os critérios para os reajustes salariais. A semestralidade foi mantida, mas foram eliminados os 10% adicionais ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para as faixas até três salários mínimos mensais. Também as antigas faixas, que iam de 3 a 10 (recebiam 100% do INPC), e de 10 a 15 salários mínimos (recebiam 80% do INPC), foram suprimidas, tendo sido criadas as novas faixas de 3 a 7 (recebem agora 95% do INPC), e de 7 a 15 salários mínimos (recebendo 80% do INPC). Permaneceram inalteradas as faixas de 15 a 20 (50% do INPC) e acima de 20 salários mínimos (livre negociação).

Com os novos critérios, todas as faixas perderam, na medida em que o reajuste é acumulativo e baseia-se na redução dos adicionais fixos relativos ao INPC, que são somados aos salários antigos em todas as faixas salariais. (*JB* 26/1; *ESP* 26/1)

Insatisfação

O ministro Delfim Neto descartou qualquer possibilidade de o governo atender às reivindicações do funcionalismo público civil, que recebeu um reajuste de 40% em janeiro e receberá outro de 30% em junho. As entidades de classe alegam que o reajuste, embora resulte num acumulado nominal de 82%, representa, na verdade, um acréscimo de 62,5% sobre os vencimentos efetivamente recebidos em 1982. O Conselho da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil decidiu organizar um "dia nacional de protesto", marcado para março, como forma de manifestar o descontentamento dos funcionários com o nível do reajuste. Eles pretendem que o reajuste seja, no mínimo, igual à inflação do ano passado, que ficou em 99,7%. Por conta desta insatisfação, registraram-se paralisações e greves brancas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. (*JB* 24/1; *FSP* 25/1).

De acordo com os dados do Censo de 1980 divulgados pelo *IBGE*, e já atualizados pela Relação Anual de Informações Sociais (*RAIS*), a distribuição da População Economicamente Ativa (*PEA*) entre as faixas salariais estabelecidas pelo decreto-lei é a seguinte: na faixa de até três salários mínimos estão incluídas cerca de 28,8 milhões de pessoas (67% da *PEA*); na de três a sete, cerca de 9,8 milhões; na de sete a 15, cerca de 3 milhões; na de 15 a 20, cerca de 650 mil; e na de 20 para cima, cerca de 700 mil pessoas.

Em relação ao total dos 43,8 milhões de trabalhadores que compõem a População Economicamente Ativa, há um estudo do Ministério do Trabalho segundo o qual 18,3 milhões (41,7%) deste contingente se concentram no mercado informal, isto é, no mercado não regulado pelas leis trabalhistas. (*OG* 16/1; *JB* 26/1).

Cai poder aquisitivo

O *IBGE* divulgou, através dos "Indicadores Conjunturais da Indústria", dados que indicam que os salários dos trabalhadores na indústria cresceram menos do que a inflação e do que o *INPC* no período de janeiro a agosto do ano passado. Enquanto o índice geral de preços foi de 65% e o INPC de 64%, a média do crescimento dos salários foi de 50,24%, o que indica uma perda do poder aquisitivo da ordem de 22,7% naquele período.

Ainda com relação ao poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, foi divulgada a Relação Anual de Informações Sociais (*RAIS*), referente ao ano de 1981. Segundo a *RAIS*, de dezembro de 1979 a dezembro de 1981, o poder aquisitivo do trabalhador caiu cerca de 19%. Em 1979, a renda média era de 3,28 salários mínimos (Cr$ 9.619,00). Em dezembro de 1980, apesar da renda média ter passado para Cr$ 14.414,11, ela perdeu seu poder real de compra em 24%. Ao longo de 1981, os salários cresceram um pouco, aumentando a renda individual para 2,66 salários mínimos, que significavam Cr$ 31.728,50. A preços atuais, isto equivale a dizer que, em 1979, o salário médio do trabalhador era de Cr$ 77.303,04 e, em 1981, era de Cr$ 66.690,88.

Quanto à geração de empregos no período, a *RAIS* informa que, em dezembro de 1979, estavam regularmente contratadas 15.298,642 pessoas. Em 1980, este contingente aumentou em 10,08%, passando para 16.841.571. Em 1981, o crescimento foi de apenas 0,72%, ou seja, mais 121.985 empregos. (*FSP* 8/1, 22/1)

Orçamento reduzido

O compromisso, assumido com o Fundo Monetário Internacional, de reduzir o déficit do setor público brasileiro de uma proporção que, em 1980, correspondeu a 4,1% do PIB, para 2,1% em 1983, traduziu-se em duas medidas concretas: vinte dias após sua aprovação pelo Congresso Federal, o Orçamento da União foi reduzido por força de decreto-lei assinado em 27 de dezembro de 1982; no dia seguinte, era aprovado o orçamento da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (*SEST*) impondo limitações aos dispêndios daquelas entidades.

A repercussão dessas medidas, porém, parece ser menor que as avaliações iniciais. Aquilo que a imprensa anunciou como um "corte de 12%" no Orçamento da União é, na realidade, uma "contenção das despesas fixadas" e incide apenas sobre parte do orçamento. Ou seja, de um total de despesas previstas no orçamento de Cr$ 10,047 trilhões, apenas Cr$ 1,42 trilhão será atingido pela contenção de 12%, que totalizará Cr$ 170 bilhões, ou seja 1,7% do orçamento total. E esse dinheiro não desaparece do orçamento, mas apenas se torna "indisponível para empenho, liquidação e pagamento", podendo ser reativado em um momento oportuno.

Na área do orçamento das empresas estatais, os cortes parecem ser mais incisivos: descontando-se a inflação prevista para 1983, de 78%, e comparando-se com os gastos das estatais em 1982, está prevista uma queda real de 2,2% nos dispêndios globais, concentrada nos gastos com investimentos, cuja redução real prevista é da ordem de 20%.

O assim chamado "Orçamento *SEST*" pretende controlar mais rigorosamente as despesas das estatais, estabelecendo tetos que só poderão ser alterados "quando identificadas novas fontes específicas", e após parecer prévio da *SEST* e aprovação final do Presidente da República. Não ficou claro ainda se a intenção desse maior rigor no controle é pura e simplesmente limitar os gastos estatais ou apenas evitar que níveis mais altos de gastos sejam financiados através do endividamento. Isso é especialmente importante para a área "social" das entidades controladas pela *SEST*. Nela, apenas o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social não foi afetado por cortes, pois está previsto um crescimento real de 14,2% em seu dispêndio global para 1983. Já as entidades ligadas ao Ministério da Saúde (Fundação Oswaldo Cruz, Fundação das Pioneiras Sociais, Fundação Serviços de Saúde Pública e Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) têm que contar com a previsão de uma redução real de 20,6% em seus dispêndios globais ao longo de 1983, o mesmo se aplicando à área do Ministério da Educação e Cultura — com uma redução de 16,1% — e do Ministério do Interior, cuja redução ainda não pôde ser quantificada por não terem sido definidas as dotações de seus fundos de investimentos (*FINOR* e *FINAM*) e suas verbas para calamidades.

As instituições desses três ministérios contam com a complementação dos recursos definidos no "Orçamento *SEST*" através do *FINSOCIAL*. Mas, dependendo do espírito do controle a ser exercido pela *SEST*, elas correm o risco de conseguir recursos sem poder utilizá-los, por "falta de teto".

Livros, revistas, boletins

Uma nova publicação contendo dados estatísticos referentes à conjuntura econômica está sendo lançada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os *Indicadores IBGE*, publicados mensalmente, com dados sempre atualizados, estão divididos em três unidades.

A primeira unidade, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (*INPC*) apresenta tabela e gráficos descrevendo suas variações entre abril de 1979 e outubro de 1982, especificando-as por produtos e serviços de maior consumo. Na segunda unidade, a Pesquisa Mensal de Emprego aponta percentuais de ocupação, bem como o índice de desemprego entre a população economicamente ativa, tomando por base sete regiões metropolitanas do país, de janeiro de 1980 a setembro de 1982. A última unidade diz respeito aos Indicadores Conjunturais das Indústrias e sintetiza, para o ano de 1982, dados relativos a valores de produção, vendas e estoques, além de um perfil de pessoal ocupado e salários relativos a uma amostragem de 1971 empresas nacionais.

Os três estudos vêm acompanhados de comentários e notas metodológicas, especificando critérios de coleta, elaboração de índices, etc.

Para maiores informações, dirija-se à Fundação IBGE — Av. Franklin Roosevelt, 166 — CEP 20021 — Rio de Janeiro — RJ.

Agricultura, alimentação

O preço da seca

O governo federal já gastou, nos últimos quatro anos de seca no Nordeste, a quantia de Cr$ 200 bilhões, o que equivale ao dobro da primeira parcela de 400 milhões de dólares do empréstimo solicitado ao FMI. Todo esse dinheiro foi gasto em obras públicas de emergência e na assistência direta aos flagelados.

A seca atinge cerca de 21 milhões de nordestinos espalhados por 1 milhão 422 quilômetros quadrados de nove estados. Do Maranhão até o norte de Minas Gerais, ela assolou 1.040 municípios, dos quais cerca de 400 de modo crítico. Na Paraíba, por exemplo, o rebanho bovino reduziu-se, nos últimos quatro anos, de 1,1 milhão de cabeças para 800 mil.

A última safra de milho e feijão foi prejudicada em 80%, e a de algodão em 60%; a quebra de safras provocou um prejuízo de Cr$ 17 bilhões.

A situação é mais ou menos a mesma nos outros estados da região: em Irecê, no sul da Bahia, a previsão inicial de 400 mil hectares de feijão para a próxima safra já foi reduzida para 256 mil. O resultado destas quebras de safra é o aumento de uma população flagelada, sem meios de trabalho e de sobrevivência, errando pelos municípios da região até a chegada de algum tipo de assistência do governo federal.

Segundo os técnicos do Instituto de Atividades Espaciais (*IAE*), do Centro Tecnológico da Aeronáutica (*CTA*), a seca que atinge o Nordeste vai durar até 1986 e faz parte de um ciclo de sete anos de estiagem que ocorre de 26 em 26 anos. O ciclo atual foi prognosticado em 1978 pelo *CTA*, o que levou o Ministério do Interior a preparar um plano de emergência para ser deflagrado e desenvolvido na região, ao mesmo tempo em que desmentia a previsão do *CTA*, "para não causar alarme", segundo a *SUDENE*. O fato é que o Ministério do Interior, em seu plano de emergência, descartou a utilização do projeto elaborado pelo *CTA* para provocar as precipitações na região. Trata-se de uma modificação climática obtida pela evaporação da água do mar que, transformada em nuvem, é levada pelo vento até a área atingida pela estiagem. (*GM* 23/12; *ESP* 26/12; *JB* 9/1; *OG* 26/1; *Veja* 26/1)

Privatização

O Ministério da Agricultura resolveu privatizar parcialmente 18 das 21 Centrais de Abastecimento (*CEASA*), reunindo-as numa sociedade de economia mista, a Ceasa Brasil, que será gerenciada pela Companhia Brasileira de Alimentos (*COBAL*), vinculada àquele Ministério. O edital que colocou à venda parte das ações pertencentes a União permite que pessoas físicas, empresas ou grupo de empresas e governos estaduais e municipais adquiram, cada um, uma única unidade, com fim de evitar a manipulação do mercado hortigranjeiro. São consideradas qualificações mínimas para a aquisição de ações a cidadania brasileira e a residência no país, no caso de pessoas físicas, e o efetivo controle nacional, no caso de empresa ou grupo de empresas. Se algum estado não quiser incorporar-se à Ceasa Brasil, terá este direito, amparado pela Lei das Sociedades Anônimas, e permanecerá funcionando independente da central. (*GM* 28/1)

SÚMULA

É uma publicação do projeto **Reunião, Análise, Difusão de Informações sobre Saúde** (*RADIS*), desenvolvido na Escola Nacional de Saúde Pública — Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição oficial da instituição.

Fontes: *O Globo (OG); Jornal do Brasil (JB); Estado de São Paulo (ESP); Folha de São Paulo (FSP); Gazeta Mercantil (GM); Veja; Isto É.* **Colaboram neste número:** Alberto Schpreier; Gustavo F. Bayer; Janine M. Cardoso; Jefferson José da Conceição; Marta Gomes da Fonseca; Maria Teresinha Bernardo da Rocha; Paulo Sérgio Souto; Raquel A. Pégo; Thereza F. Velloso; Sérgio Goes de Paula (Coordenador do Projeto *RADIS*). **Diagramação:** Ângela Monteiro. **Copidesque**: Antonio Monteiro Guimarães Filho. **Revisão:** Maria de Fátima Barbosa. Impresso na Escola Nacional de Saúde Pública, Projeto de Educação Continuada.

Safra maior

O ministro da Agricultura previu que a safra de 1982/83 alcançará 56 milhões de toneladas de grãos, contra 55,3 milhões na safra passada, embora a área plantada na região Centro-Sul se tenha mantido igual à da safra passada (27 milhões de hectares). A partir desta previsão, o ministro espera um aumento do preço dos alimentos relativamente menor do que a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (**INPC**).

● **Feijão**: No entanto, a seca e a chuva já provocaram uma redução de 20% da primeira safra de feijão, a ser colhida em março. Como a previsão era produzir 1,57 milhão de toneladas, a perda chegará a 300 mil toneladas. As culturas de milho, soja e arroz, plantadas na mesma época do feijão, não foram prejudicadas porque são lavouras mais resistentes. Apesar da perda, a Companhia de Financiamentos da Produção (*CFP*), do Ministério da Agricultura, acha que não haverá reflexos no abastecimento, pois dispõe de um estoque de 600 mil toneladas de feijão que poderá regular o mercado.

Mesmo assim o governo já decidiu vender mais caro o feijão nas bolsas de cereais, praticamente colocando um ponto final na Campanha do Feijão, lançada em outubro do ano passado com a venda do produto, nos pregões, a Cr$ 40,00 o quilo. Técnicos do governo informaram que o feijão novo está sendo vendido nos supermercados a um preço entre Cr$ 130,00 e Cr$ 160,00 o quilo, enquanto o produto da safra anterior vem sendo vendido a preços superiores aos estipulados pela Campanha do Feijão. O feijão velho, adquirido pelas bolsas por Cr$ 40,00 o quilo para ser revendido a Cr$ 60,00, estava sendo comprado pelos consumidores por cerca de Cr$ 75,00. (*ESP* 29/12; *OG* 5/1, 8/1)

Fim dos subsídios

O impacto da retirada do subsídio ao trigo — cuja previsão para 1983 é de 50% — vai ser relativamente pequeno para o consumidor, de acordo com o gerente nacional de trigo do Ministério da Agricultura, Renato Zandonadi. Embora o impacto da retirada do subsídio no preço real do produto seja de 136%, o pão de 50 gramas, por exemplo, teria um aumento de 24,6%. Segundo Zandonadi, são gastos 43 gramas de farinha em cada pão do tipo francês, significando Cr$ 1,76 no seu preço final. Com o aumento, o pão sofreria acréscimo de Cr$ 2,64. No quilo do macarrão comum, considerando o mesmo aumento, o impacto seria de 23%, ou seja, o preço passaria a Cr$ 320,27. No biscoito de maisena, o quilo teria um aumento aproximado de 17%, passando dos atuais Cr$ 500,00 para Cr$ 533,75. (*OG* 21/12; *FSP* 1/1)